



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebido em

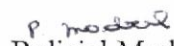
Protocolo

MOÇÃO Nº 11 DE 2018.

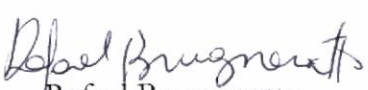
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel;


A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seus representantes legais, subscritores da presente proposição legislativa, nos termos que regem o art. 128 e 129 do Regimento Interno desta Casa, solicitam que seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Eunício Lopes de Oliveira, Presidente da Mesa do Senado Federal, com ciência deste aos Senadores do Paraná hipotecando Moção de apelo junto ao Congresso Nacional para proposição legislativa para Militares exercerem Magistério.


É a Moção, Sala das Sessões.
Cascavel 19 de novembro de 2018.



Policial Madril
Vereador/PMB



Celso Dal Molin
Vereador/PR



Rafael Brugnerotto
Vereador/PSB


Josué de Souza
Vereador/PTC


Olavo Santos
Vereador/PHS


Parra
Vereador/PMDB


Paulo Porto
Vereador/PC do B


Pedro Sampaio
Vereador/PSDB


Serginho Ribeiro
Vereador/PPL


Sidnei Mazutti
Vereador/PSL

Justificativa:

Os vereadores subscritos, veem pelo presente apelar aos Nobres Senadores a proposição legislativa para Militares Estaduais atuarem no Magistério, ou seja, para que estes possam atuar na área de docência quando não estiverem atuando em suas áreas como Policiais ou Bombeiros.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Importante salientar que, atualmente com a legislação militar não há essa possibilidade desses agentes atuarem em outras áreas, pois, a área militar exige dedicação exclusiva, não autorizando o acúmulo de cargo público.

Ainda nessa esteira, buscamos a presente proposta evoluir a nossa lei maior aperfeiçoando um dispositivo que pode e merece ser reformado. Embora desenvolvam atividades extremamente técnicas ou científicas, algumas vezes atuando até mesmo na área da pesquisa, a natureza da função dos militares os impede de acumular outros cargos possíveis às demais categorias como nas áreas de saúde ou de educação, professor por exemplo. Várias oportunidades, não são possíveis a esses profissionais pela simples condição de ser militar.

Nessas instituições existem milhares de profissionais que podem e querem contribuir com algo mais, principalmente nas áreas de saúde e educação, molas mestres entre as prerrogativas estatais. No momento em que o País necessita afirmar perante o mundo a sua capacidade de propiciar uma melhor educação e implantar um atendimento de saúde eficiente, alimentar uma norma de exclusão não corrobora com os ideais republicanos de fazer da cultura e do saber o dinamismo para o fortalecimento do Brasil.

A proibição de acumulação, empedernida à realidade de um novo momento representa um anacronismo se entendermos que a educação e a saúde não podem prescindir dos melhores e mais qualificados profissionais. A educação, semente do germinar de um povo livre e do alvorecer de uma nação independente não deve estar atada a obstáculos formais, pois a sua causa plural assume contornos majestosos.

Portanto, não pode eximir a voluntária participação desses profissionais qualificados, principalmente no atendimento público, onde a maioria da população é assistida. São essas razões que sustentam e recomendam a presente Moção, visando implantar essa contemplação de renda aos militares, bem como a valorização da educação.